



Conglomerado Financeiro Alfa

(Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. – CFI, Banco Alfa de Investimento S.A. e suas controladas Alfa Arrendamento Mercantil S.A., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e BRI Participações Ltda.)

Demonstrações Financeiras Combinadas

30 de junho de 2020 e 2019



Conglomerado Financeiro Alfa

Demonstrações Financeiras Combinadas do Conglomerado

Financeiro Alfa de 30 de junho de 2020 e 2019

Conteúdo

Relatório da administração

Balanco patrimonial combinado

Demonstração combinada do resultado

Demonstração combinada das mutações do patrimônio líquido

Demonstração combinada dos fluxos de caixa – método indireto

Demonstração combinada do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

Resumo do relatório do comitê de auditoria do 1º semestre de 2020



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estamos divulgando as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Alfa (“Conglomerado”) correspondentes às atividades desenvolvidas nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 acrescidas das Notas Explicativas, Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Essas demonstrações financeiras combinadas incluem as seguintes instituições financeiras: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, Banco Alfa de Investimento S.A. e suas empresas controladas e seus correspondentes percentuais de participação: Alfa Arrendamento Mercantil S.A. (99,985%), Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (100,0%) e BRI Participações Ltda. (99,999%).

Essas demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas somando-se os saldos apresentados nas demonstrações financeiras individuais, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, eliminando-se as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas, as receitas e as despesas correspondentes às operações realizadas entre as empresas integrantes e consideram as demonstrações financeiras da Alfa Arrendamento Mercantil S.A. pelo valor presente dos montantes totais a receber.

CENÁRIO ECONÔMICO

Entramos em 2020 com uma perspectiva otimista com a recuperação econômica mundial, em especial para China, após a assinatura da chamada “fase 1” de seu acordo comercial com os Estados Unidos. Outro fator que contribuiu para essa entrada mais positiva foi a saída ordenada do Reino Unido da União Europeia. Contudo essa euforia durou pouco, após a eclosão da epidemia de coronavírus na China em janeiro, que reacendeu as preocupações com o desaquecimento da atividade global.

A primeira leitura dessa epidemia logo no início do ano foi que ela tenderia a ter um impacto descrito como em “formato de V”, ou seja, queda de produção abrupta, seguida de uma recuperação que deveria trazer de volta a atividade aos mesmos níveis em que se encontrava antes da sua eclosão. Como os fatores de produção não tenderiam a ser destruídos, passado o período de suspensão das atividades nas regiões afetadas, digeridos os gargalos causados por interrupções de produção nas cadeias produtivas, a economia tenderia a retornar a seu ritmo anterior.

Contudo, com o avanço da epidemia para outras regiões em fevereiro, com destaque para Itália e posteriormente para os Estados Unidos, essa leitura foi agravada pois os cenários começaram a incorporar um grande choque de demanda sobre a economia global. Esse choque era decorrente da provável diminuição da confiança dos consumidores ao redor do mundo, e também dos efeitos de segunda ordem da própria deterioração das condições financeiras e do efeito riqueza negativo decorrente da deterioração dos mercados sobre o consumo.

Após o anúncio de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), seguido do anúncio de várias medidas de lockdown no mundo, os mercados internacionais passaram por forte movimento de aversão a risco no mês de março, com circuit breakers sendo observados nas principais bolsas mundiais. Concomitantemente a esse movimento, a procura por segurança provocou alta robusta do dólar em relação às principais moedas emergentes e queda abrupta dos juros das treasuries.

Em resposta aos efeitos econômicos da pandemia, as autoridades econômicas globais tiveram resposta rápida e em montantes muitos superiores aos implementados na crise financeira global de 2008. As medidas foram de cunho monetário (grande redução da taxa de juros, compra de ativos e uso de liberação de compulsório) e do ponto de vista fiscal, medidas que visaram a compensação da perda de renda (por



conta da elevação do desemprego), linhas emergenciais para empresas e também verbas extraordinárias para investimentos no combate a pandemia e nas estruturas para atendimento em saúde.

Essa crise, que é global, atingiu o Brasil em março, momento em que o contágio do vírus começa a acelerar e também fomos atingidos diretamente pela piora de preço dos ativos globais, atingindo diretamente o preço dos ativos brasileiros. O mercado doméstico brasileiro passou por um dos piores meses da história. O índice Bovespa recuou 29,9% e o dólar disparou 29,5%.

Para conter a crise sanitária, os Estados tiveram respostas rápidas para achatar a curva de contágio e se preparar melhor para o pico da epidemia que se daria em junho. No front econômico, o Brasil seguiu implementando o que vinha sendo feito nos outros países. O Banco Central do Brasil continuou um ciclo adicional de queda de juros, ampliou a liquidez para o sistema financeiro com diferentes instrumentos monetários e com a preocupação que esses recursos chegassem a ponta final, que eram as empresas, afetadas pelas medidas de distanciamento social. Do lado do Ministério da Economia, a equipe econômica anunciou um pacote bem positivo destinado a assegurar recursos para saúde e amparar a população mais vulnerável e trabalhadores informais, visando garantir-lhes a renda e crédito durante a crise. Entre as medidas estavam antecipação de 13º salário para aposentados, linhas de crédito emergencial para empresas, liberação de verbas extraordinárias para Estados. Certamente essas medidas foram um colchão de proteção para empresas e famílias. Em contrapartida, o endividamento público será bastante elevado, por isso o caráter temporário e a necessidade que sejam compensadas com reformas estruturantes à frente.

No mês de maio já se tinha a percepção que o pior da pandemia tinha ficado para trás, que aliada ao suporte agressivo das autoridades monetárias, ajudaram a dar suporte a um movimento de forte recuperação dos mercados. A combinação da reabertura econômica, com uma demanda que ficou reprimida e o grande volume de estímulos, estamos vendo nesse final de semestre dados econômicos menos piores que as projeções haviam sido feitas na maioria das regiões do mundo. No Brasil, fechamos o semestre com uma expectativa de PIB para o ano de 2020 com queda de 5,7% (no pior momento na crise se falava em queda de 10%). Os grandes desafios para frente são avançar nas reformas estruturais do Brasil (entre elas a Reforma Tributária e Administrativa) que melhora a nossa competitividade e uma agenda voltada para uma consolidação fiscal para promover uma trajetória de queda da dívida pública brasileira. O Governo e a equipe econômica seguem com essa agenda, construindo uma base parlamentar no Congresso nessa direção. Do lado da taxa de juros, enquanto o cenário continuar muito benigno para inflação, manter o nível num patamar bastante expansionista, com objetivo maior de retomada do crescimento econômico.

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Resultado e patrimônio líquido

O lucro líquido do Conglomerado atingiu no semestre R\$ 60.696 mil (1º semestre/2019 R\$ 62.931 mil).

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 2.588.408 mil ao final do semestre (31/12/2019 R\$ 2.546.569 mil).

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 18,73% (31/12/2019 20,06%) ao final do semestre, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado, quando comparado tanto com o mínimo de 9,25% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.



Rating

As instituições integrantes do Conglomerado mantiveram suas boas avaliações de risco de crédito em nível nacional junto às seguintes agências de classificação de risco:

.Fitch Ratings: "F1+ (bra)" para crédito de curto prazo, "AA(bra)" para crédito de longo prazo.

.Moody's: "NP" para depósito global de curto prazo em moeda local, "Ba2" para depósito global de longo prazo em moeda local, "NP" para depósito de curto prazo em moeda estrangeira, "Ba3" para depósito de longo prazo em moeda estrangeira, "BR-1" para depósito de curto prazo na escala nacional brasileira, "Aa1.br" para depósito de longo prazo na escala nacional brasileira.

Recursos captados

O volume de recursos captados pelo Conglomerado ao final do semestre atingiu R\$ 12.357.802 mil (31/12/2019 R\$ 10.273.679 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 2.759.510 mil (31/12/2019 R\$ 1.075.229 mil) incluindo depósitos à vista, interfinanceiros e a prazo; R\$ 1.033.014 mil (31/12/2019 R\$ 1.127.155 mil) em captações no mercado aberto; R\$ 7.420.838 mil (31/12/2019 R\$ 6.803.605 mil) em recursos de aceites e emissão de títulos; R\$ zero (31/12/2019 R\$ 346.595 mil) em empréstimos obtidos no país; R\$ 187.808 mil (31/12/2019 R\$ 96.153 mil) em empréstimos obtidos no exterior; R\$ 841.561 mil (31/12/2019 R\$ 769.154 mil) em repasses do país e R\$ 115.071 mil (31/12/2019 R\$ 55.788 mil) em repasses no exterior.

Ativos e empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 16.135.021 mil (31/12/2019 R\$ 13.764.974 mil) ao final do semestre. As aplicações interfinanceiras de liquidez, a carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 6.109.830 mil (31/12/2019 R\$ 4.586.779 mil).

A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 4.308.241 mil (31/12/2019 R\$ 3.861.615 mil), correspondente a 26,7% (31/12/2019 28,2%) dos ativos totais. Representada principalmente por 81,8% (31/12/2019 80,9%) em títulos de emissão do Tesouro Nacional. Dessa carteira, 13,8% (31/12/2019 12,5%) dos títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Conglomerado, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN, em mantê-los nesta categoria. O Conglomerado manteve a sua posição de alta liquidez encerrando o semestre com uma carteira de títulos livres da ordem de R\$ 2.755.463 mil (31/12/2019 R\$ 1.930.912 mil).

O total da carteira de crédito, incluindo repasses interfinanceiros, garantias prestadas e ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge*, nos termos da Carta-Circular BACEN nº 3.624/13, atingiu o saldo de R\$ 11.440.092 mil (31/12/2019 R\$ 10.531.597 mil).

Merece destaque, a excelente qualidade da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, demonstrada pela concentração de 99,4% (31/12/2019 99,2%) das operações classificadas entre os níveis de risco "AA" a "C" em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil, e pelo baixo índice de inadimplência.

O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 56.382 mil (31/12/2019 R\$ 72.445 mil). O saldo da provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito atingiu R\$ 133.376 mil (31/12/2019 R\$ 127.564 mil), correspondente a 1,5% (31/12/2019 1,5%) do total da carteira de crédito, 63,7% (31/12/2019 47,3%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.



OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução BACEN nº 4.433, de 27/07/2015.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras do Conglomerado, ou pessoas a ela ligada, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 11/08/2020, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras individuais das instituições financeiras que fazem parte do Conglomerado relativas ao semestre findo em 30/06/2020.

AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento do Conglomerado ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 26 de agosto de 2020.



CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA
BALANÇO PATRIMONIAL COMBINADO (EM R\$ MIL)

ATIVO	Nota Explicativa	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		11.180.842	9.991.351
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	03	1.793.859	566.473
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		8.987.974	9.186.665
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	126.582
Títulos e Valores Mobiliários	04	3.818.036	3.561.849
Instrumentos Financeiros Derivativos	05	5.762	28.071
Relações Interfinanceiras		128.161	37.363
Operações de Crédito	06	5.036.015	5.432.800
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	06	122.417	128.528
PROVISÕES PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	06d	(58.180)	(49.672)
PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		(2.028)	(1.741)
OUTROS ATIVOS	07	336.800	161.098
NÃO CIRCULANTE		4.954.179	3.773.623
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.938.238	3.756.752
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.368.484	3.195.589
Títulos e Valores Mobiliários	04	490.205	299.766
Instrumentos Financeiros Derivativos	05	4.970	5.694
Relações Interfinanceiras		-	24.674
Operações de Crédito	06	3.873.309	2.865.455
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	06	197.399	219.728
PROVISÕES PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	06d	(75.196)	(77.892)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	08	309.347	266.543
OUTROS ATIVOS	07	138.204	152.784
IMOBILIZADO DE USO		32.868	31.961
INTANGÍVEL		8.617	8.552
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES		(25.544)	(23.642)
ATIVO TOTAL		16.135.021	13.764.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA
BALANÇO PATRIMONIAL COMBINADO (EM R\$ MIL)

PASSIVO	Nota Explicativa	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		7.288.492	6.714.909
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		6.874.640	6.396.197
Depósitos	09	400.311	313.735
Operações Compromissadas	09	1.033.014	1.127.155
Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito e Similares	09	4.802.724	4.186.811
Relações Interfinanceiras		2.517	-
Relações Interdependências		18.572	12.546
Obrigações por Empréstimos e Repasses	09	491.188	656.003
Instrumentos Financeiros Derivativos	05	126.314	99.947
PROVISÕES		5.643	35.193
Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	10	5.643	35.193
OUTROS PASSIVOS	11	408.209	283.519
NÃO CIRCULANTE		6.258.121	4.503.496
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		6.058.431	4.353.197
Depósitos	09	2.359.199	761.494
Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito e Similares	09	2.618.114	2.616.794
Obrigações por Empréstimos e Repasses	09	653.252	611.687
Instrumentos Financeiros Derivativos	05	427.866	363.222
PROVISÕES		29.775	28.418
Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	10	29.775	28.418
OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS	08b	157.202	120.436
OUTROS PASSIVOS	11	12.713	1.445
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	2.588.408	2.546.569
CAPITAL SOCIAL		1.255.157	1.199.057
RESERVAS DE CAPITAL		4.102	12.678
RESERVAS DE LUCROS		1.330.350	1.336.163
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		678	-
AÇÕES EM TESOURARIA		(1.879)	(1.329)
PASSIVO TOTAL		16.135.021	13.764.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA
DEMONSTRAÇÃO COMBINADA DO RESULTADO (EM R\$ MIL)
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

	Nota Explicativa	<u>2020</u>	<u>2019</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		750.795	649.972
Operações de Crédito	06g	610.476	582.701
Resultado com Operações de Arrendamento Mercantil	06h	13.931	18.741
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		141.097	210.861
Resultado de Operações de Câmbio		28.260	4.230
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(42.969)	(166.561)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(495.617)	(365.895)
Operações de Captação no Mercado		(183.328)	(311.668)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(280.265)	(37.739)
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros		(34)	(227)
Provisão Para Perda Esperada Associadas ao Risco de Crédito	06e	(31.990)	(16.261)
RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		255.178	284.077
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		65.302	73.435
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		52.462	52.991
Outras Receitas Operacionais	16a	12.840	20.444
PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(237.364)	(241.906)
Despesas de Pessoal		(112.415)	(108.609)
Despesas Administrativas	16b	(72.797)	(65.858)
Despesas Tributárias		(21.719)	(21.879)
Outras Despesas Operacionais	16c	(30.433)	(45.560)
DESPESAS DE PROVISÕES		(3.488)	(16.858)
Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis		(3.488)	(16.858)
RESULTADO OPERACIONAL		79.628	98.748
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		524	324
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		80.152	99.072
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO		(19.456)	(36.141)
Imposto de renda e contribuição social	08	(13.875)	(30.995)
Provisão para Imposto de Renda		(29.988)	(42.312)
Provisão para Contribuição Social		(26.691)	(28.219)
Ativo Fiscal Diferido		42.804	39.536
Participação nos lucros		(5.581)	(5.146)
Empregados		(5.581)	(5.146)
LUCRO LÍQUIDO		<u>60.696</u>	<u>62.931</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA
DEMONSTRAÇÃO COMBINADA DO RESULTADO ABRANGENTE (EM R\$ MIL)
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
LUCRO LÍQUIDO	60.696	62.931
Outros Resultados Abrangentes do Semestre		
Resultado de Avaliação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	678	(2.163)
Outros Resultados abrangentes do Semestre, Líquido de Impostos	678	(2.163)
Total Resultados Abrangentes do Semestre	61.374	60.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA
DEMONSTRAÇÃO COMBINADA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM R\$ MIL)
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

EVENTOS	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria	Total
SALDOS EM 31/12/2018	1.153.457	-	9.251	1.278.666	2.163	-	(916)	2.442.621
AUMENTO DE CAPITAL	45.600	-	-	(45.600)	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS :								
Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	-	-	-	(347)	(347)
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	(2.163)	-	-	(2.163)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	62.931	-	62.931
DESTINAÇÕES :								
Reservas	-	-	1.884	49.183	-	(51.067)	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(11.864)	-	(11.864)
SALDOS EM 30/06/2019	1.199.057	-	11.135	1.282.249	-	-	(1.263)	2.491.178
MUTAÇÕES DO PERÍODO	45.600	-	1.884	3.583	(2.163)	-	(347)	48.557
SALDOS EM 31/12/2019	1.199.057	-	12.678	1.336.163	-	-	(1.329)	2.546.569
AUMENTO DE CAPITAL	1.700	54.400	(9.464)	(46.636)	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS :								
Aquisições de Ações Próprias	-	-	-	-	-	-	(550)	(550)
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	678	-	-	678
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	60.696	-	60.696
DESTINAÇÕES :								
Reservas	-	-	888	40.823	-	(41.711)	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(18.985)	-	(18.985)
SALDOS EM 30/06/2020	1.200.757	54.400	4.102	1.330.350	678	-	(1.879)	2.588.408
MUTAÇÕES DO PERÍODO	1.700	54.400	(8.576)	(5.813)	678	-	(550)	41.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA
DEMONSTRAÇÃO COMBINADA DOS FLUXOS DE CAIXA (EM R\$ MIL) MÉTODO INDIRETO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	60.696	62.931
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	28.107	26.784
- Depreciações e Amortizações	2.107	1.927
- Provisão para TVM com Características de Crédito	2.697	(795)
- Provisões para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	31.990	16.261
- Provisão de Passivos Contingentes	(690)	10.329
- Atualização de Depósito Judicial	(1.631)	(1.755)
- Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	287	(444)
- Resultado Ativo Fiscal Diferido	(42.804)	(39.536)
- Resultado Passivo Fiscal Diferido	36.151	40.797
(AUMENTO) / REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(1.151.616)	(879.422)
Títulos e Valores Mobiliários	(337.050)	(46.557)
Instrumentos Financeiros Derivativos	23.033	8.118
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(3.177)	-
Operações de Crédito	(611.069)	(730.176)
Operações de Arrendamento Mercantil	28.440	(9.404)
Outros Ativos	(159.090)	(33.464)
Relações Interfinanceiras	(66.124)	(36.485)
Provisões para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(26.178)	(22.084)
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(701)	(13.594)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	300	2.598
AUMENTO / (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	2.302.359	921.350
Depósitos	1.684.281	75.534
Captações no Mercado Aberto	(94.141)	275.231
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	617.233	522.953
Relações Interfinanceiras	2.517	2.760
Relações Interdependências	6.026	(20.237)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(123.250)	(33.003)
Instrumentos Financeiros Derivativos	91.011	126.336
Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	(27.503)	(12.359)
Passivo Fiscal Diferido	615	(3.245)
Outros Passivos	176.636	24.054
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(31.066)	(36.674)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.239.546	131.643
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizados de Uso	(909)	(1.505)
Aplicações no Intangível	(298)	(401)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	415
Alienação de Imobilizados de Uso	30	72
Títulos Mantidos até o Vencimento	(111.595)	89.231
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(112.772)	87.812
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aquisição de Ações de Emissão Própria	(550)	(347)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(28.597)	(19.895)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(29.147)	(20.242)
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	1.097.627	199.213
Caixa e Equivalentes no Início do Semestre	566.473	715.361
Caixa e Equivalentes no Final do Semestre	1.664.100	914.574
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES	1.097.627	199.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA
DEMONSTRAÇÃO COMBINADA DO VALOR ADICIONADO (EM R\$ MIL)
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

	2020	2019
1. RECEITAS	784.631	707.470
Intermediação Financeira	750.795	649.972
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	52.462	52.991
Provisão para Perda Esperada Associadas ao Risco de Crédito	(31.990)	(16.261)
Outras Receitas Operacionais	12.840	20.444
Resultados não Operacionais	524	324
2. DESPESAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	463.627	349.634
3. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	97.573	118.985
Materiais, Energia e Outros (Materiais de Consumo, Telefone e Água)	3.383	1.562
Serviços de Terceiros	94.190	117.423
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	223.431	238.851
5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	2.107	1.927
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	221.324	236.924
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	221.324	236.924
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	221.324	236.924
Pessoal	100.525	96.860
Remuneração Direta	77.615	75.007
Benefícios	16.281	15.550
F.G.T.S.	6.629	6.303
Impostos, Taxas e Contribuições	53.065	69.769
Federais	48.067	64.144
Estaduais	25	27
Municipais	4.973	5.598
Remuneração de Capitais de Terceiros	7.019	7.364
Aluguéis	7.019	7.364
Outras (Doações Filantrópicas)	19	-
Remuneração de Capitais Próprios	60.696	62.931
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	18.985	11.864
Lucros Retidos do Semestre	41.711	51.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019 - EM R\$ MIL

01. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

(a) Atividade e estrutura do Grupo

O Conglomerado Financeiro Alfa (doravante denominado “Conglomerado”) tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A., Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa (“Conglomerado”), que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado é composto de 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A. (doravante denominado “BAI”) é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (doravante denominado “ACCVM”), a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. (doravante denominado “AAM”) e a BRI Participações Ltda. (doravante denominado “BRI”). Além destas entidades o Conglomerado é integrado pela Financeira Alfa S.A. – CFI (doravante denominado “FASA”) e o Banco Alfa S.A. (doravante denominado “BASA”), empresas essas que não são investidas das empresas anteriormente citadas. O BAI e a FASA são companhias abertas com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (doravante denominado “B3”).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santo André e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador do Banco Alfa de Investimento S.A. possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nestas demonstrações financeiras: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa); Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach).

(b) Apresentação das demonstrações financeiras combinadas

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado estão sendo apresentadas com o objetivo de possibilitar uma análise conjunta das instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, independente da estrutura societária, utilizando-se as demonstrações financeiras individuais das empresas:



- BASA;
- FASA e
- BAI e suas empresas controladas diretas e indiretas e seus correspondentes percentuais de participação:

	30/06/2020	31/12/2019
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	99,985%	99,985%
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	100,000%	100,000%
BRI Participações Ltda.	99,999%	99,999%

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. As demonstrações financeiras individuais foram concluídas em 10/08/2020 e aprovadas pela Diretoria e as empresas BAI e FASA pelos Conselhos de Administração e Fiscal em 11/08/2020 e estão divulgadas, no endereço eletrônico www.alfanet.com.br.

As demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas, e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para outros fins societários.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários.

Em 28/12/07, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo CPC, dependem de normatização por parte do CMN. Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) com exceção das disposições relacionadas a operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

(b.1) O BACEN através da Resolução CMN nº 4.720/19 regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), e, através da circular nº 3.959/19 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 01/01/2020. Dentre as principais alterações implementadas foram: i) A nova estrutura e as contas do Balanço Patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; ii) a nova estrutura da Demonstração de Resultado do Exercício que reduziu o número de linhas visando se aproximar ao padrão internacional e o ativo, iii) passivo fiscal diferido que passou a ser apresentado exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo e, iv) as operações de arrendamento mercantil que passaram a ser apresentadas a valor presente em linha exclusiva no ativo. Apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura em períodos anteriores como segue:



Classificação do Cosif	31/12/2019	01/01/2020	Nova classificação
Disponibilidades	1.656	1.656	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações interfinanceiras de liquidez	691.399	564.817	Caixa e equivalentes de caixa
		126.582	Instrumentos financeiros
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.895.380	3.895.380	Instrumentos financeiros
Relações interfinanceiras	268.005	268.005	Instrumentos financeiros
Operações de crédito	7.020.894	7.107.332	Instrumentos financeiros
		(86.438)	Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito
Operações de arrendamento mercantil	341.967	348.256	Operações de arrendamento mercantil
		(6.289)	Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito
Outros créditos	1.404.762	900.795	Instrumentos financeiros
		(27.223)	Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito
		266.543	Créditos tributários
		264.647	Outros ativos
Outros valores e bens	47.228	47.228	Outros ativos
Investimentos	1.575	2.322	Outros ativos
		(747)	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos
Imobilizado de uso	13.646	31.961	Imobilizado de uso
		(18.315)	Depreciações e amortizações
Intangível	3.224	8.551	Intengível
		(5.327)	Depreciações e amortizações
Total ativo	13.689.736	13.689.736	

Classificação do Cosif	31/12/2019	01/01/2020	Nova classificação
Depósitos	1.075.229	1.075.229	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Captações no mercado aberto	1.127.155	1.127.155	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Recursos de aceites e emissão de títulos	6.803.605	6.803.605	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Relações interdependências	12.546	12.546	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Obrigações por empréstimos e repasses	1.267.690	1.267.690	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros derivativos	463.169	463.169	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Outras obrigações	372.329	120.436	Obrigações fiscais diferidas
		63.611	Provisões
		7.615	Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito
		(82.853)	Instrumentos financeiros
		263.520	Outros passivos
Resultado de exercícios futuros	21.444	21.444	Outros passivos
Capital social	1.199.057	1.199.057	Capital social
Reserva de lucros	1.348.841	1.348.841	Reservas
Ações em tesouraria	(1.329)	(1.329)	Ações em tesouraria
Total passivo	13.689.736	13.689.736	

(c) Relatório por segmento

Segmento é um componente distinto de uma entidade que origina produtos ou serviços (segmento de negócio) ou fornece produtos ou serviços dentro de determinado ambiente econômico (segmento geográfico) e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos demais segmentos, cujos resultados operacionais sejam regularmente avaliados pelos principais tomadores de decisões.

Os segmentos operacionais reportados são definidos em uma abordagem gerencial do Conglomerado, ou seja, são aqueles regularmente revisados pela sua Administração para avaliação de performance e alocação de recursos.

As atividades do Conglomerado constituem os segmentos de atacado e varejo, o qual é composto principalmente de operações de capital de giro, financiamento, aquisição de ativos, repasses do BNDES, gestão de recursos de terceiros e emissão de títulos como forma de captação.

02. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.



(a) Combinação: Na elaboração das Demonstrações Financeiras Combinadas foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o COSIF, instituído pela Circular nº 1.273/1987, especificamente em relação às Normas do Conglomerado. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas somando-se os saldos apresentados nas demonstrações financeiras individuais, eliminando-se as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas, as receitas e as despesas correspondentes às operações realizadas entre as empresas integrantes do Conglomerado. Foram consideradas também as demonstrações financeiras da Alfa Arrendamento Mercantil S.A. pelo método financeiro.

(b) Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita, e, a partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art. 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002 (vide notas explicativas nº 04 “b” e 05). A provisão perda esperada associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 06 “d”).

(d) Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:

- I – Títulos para negociação;
- II – Títulos disponíveis para venda;
- III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

Na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existem intenção e capacidade financeira do Conglomerado de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”; e
- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.



Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidas no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

(e) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Conglomerado ou para atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados pelo Conglomerado com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002 são classificados como *hedge* de risco de mercado (valor justo). Os instrumentos financeiros registrados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado.

O Conglomerado, conforme descrito na nota explicativa nº 05, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, fez uso de instrumentos financeiros derivativos em moeda local, classificados como *hedge* de risco de mercado, tendo como objeto operações de empréstimos obtidos em moeda estrangeira e para o 1º semestre de 2020 passou a fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteção das operações de depósitos interfinanceiros, com empresas do grupo.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3.

As operações de captação e depósitos interfinanceiros designadas para *hedge* de risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 para cada respectivo vencimento, sendo: Dólar x DI para operações de captação e DI x Pré para operações com depósitos interfinanceiros. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, assim, na mensuração subsequente reconhece-se em contrapartida ao resultado do período as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 05 destas demonstrações financeiras.



(f) Cessão de crédito: Para cessões de crédito com coobrigação realizadas no período de outubro de 2008 a outubro de 2009, a Administração do Conglomerado, adotou a faculdade prevista na Resolução CMN nº 3.673, de 26 de dezembro de 2008 de aplicação antecipada dos procedimentos definidos na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008.

Cessões de crédito com coobrigação realizadas após 1º de janeiro de 2012, estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11 de setembro de 2014. Dispõe a Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008 que em cessões de crédito com coobrigação, onde em razão da coobrigação assumida ocorre a retenção substancial pelo cedente dos riscos e benefícios relacionados às operações de crédito objeto de cessão, deve:

- O ativo financeiro objeto da venda/cessão deve permanecer na sua totalidade registrado no ativo, na rubrica “operações de crédito – vinculadas à cessão”;
- Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida, rubrica “outras obrigações – diversas - obrigações por operações vinculadas à cessão”; e
- As receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

As cessões de crédito com transferência dos riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, e, o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

O Conglomerado não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036, de 30/11/2011 de diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida, registrando, desta forma, os resultados destas renegociações no mesmo período contábil em que são realizadas.

(g) Ativo permanente: Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: imóveis 4%, veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10%; e
- Amortização, basicamente, de despesas com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

(h) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(i) Impostos e contribuições: As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda: 15% mais adicional de 10%, contribuição social a)15% ; b) 20% para o BAI e BASA a partir de 01/03/2020 conforme o artigo 32 da emenda constitucional 103 publicada em 13/11/2019; PIS: 0,65% e COFINS: 4%. Também é observada pelo Conglomerado a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com



base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 08 “b”).

(j) Estimativas contábeis: No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisões para perda esperada associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 06 “e”);
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 05);
- Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 08 “b”); e
- Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 10).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

(k) Ativos e passivos contingentes: Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429, de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- i) Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
- ii) Passivos contingentes – fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 10) – decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e risco de crédito em coobrigações e garantias prestadas.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

(l) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Conglomerado. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.



03. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e disponibilidades em bancos	3.002	1.656
Caixa	35	43
Disponibilidades em moeda nacional	2.322	1.164
Disponibilidades em moeda estrangeira	645	449
Aplicações no mercado aberto : Títulos públicos do tesouro nacional	1.645.000	556.999
Posição bancada	1.645.000	556.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	129.759	-
Aplicações em moedas estrangeiras	16.098	7.818
Total	<u>1.793.859</u>	<u>566.473</u>

(i) Aplicações em depósitos interfinanceiros cujos prazos de vencimentos são iguais ou inferiores a 90 dias.

04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

(a) Composição da carteira

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Títulos do tesouro nacional	2.168.330	1.358.747
Letras financeiras do tesouro	1.403.212	913.147
Letras do tesouro nacional	482.837	445.600
Notas do tesouro nacional	282.281	-
Ações de companhias abertas	23.201	-
Debêntures	193.557	200.915
Notas promissórias	97.107	19.316
Cotas de fundos de investimento	95.242	99.299
Cédulas do produto rural	149.505	222.773
Certificado de Recebíveis Imobiliários	28.521	29.862
Títulos livres	<u>2.755.463</u>	<u>1.930.912</u>
Títulos do tesouro nacional	1.355.560	1.811.088
Letras financeiras do tesouro	483.714	765.003
Letras do tesouro nacional	871.846	1.046.085
Debêntures	168.041	90.932
Cotas de fundos de investimento	29.177	28.683
Títulos vinculados	<u>1.552.778</u>	<u>1.930.703</u>
Total - Títulos e valores mobiliários	<u>4.308.241</u>	<u>3.861.615</u>



(b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento

	30/06/2020							31/12/2019			
	Sem vencimento	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	Valor contábil	Valor de custo(i)	Marcação a mercado	Valor contábil	Valor de custo (i)	Marcação a mercado
Títulos do tesouro nacional	-	446.706	373.408	1.750.505	383.910	2.954.529	2.922.705	31.824	3.169.836	3.159.123	10.713
Letras financeiras do tesouro	-	346.715	373.408	782.893	383.910	1.886.926	1.887.099	(173)	1.678.151	1.677.987	164
Letras do tesouro nacional	-	99.991	-	967.612	-	1.067.603	1.035.606	31.997	1.491.685	1.481.136	10.549
Ações de companhias abertas	23.201	-	-	-	-	23.201	22.447	754	-	-	-
Cotas de fundos de investimento	95.242	-	-	-	-	95.242	95.242	-	99.298	99.298	-
Debêntures	-	-	-	26.830	1.007	27.837	27.804	33	79.695	79.709	(14)
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	28.521	-	28.521	28.521	-	29.862	29.862	-
Títulos para negociação (ii)	118.443	446.706	373.408	1.805.856	384.917	3.129.330	3.096.719	32.611	3.378.691	3.367.992	10.699
Títulos do tesouro nacional	-	-	271.730	287.080	10.551	569.361	568.095	1.266	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	287.080	-	287.080	286.280	800	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	271.730	-	10.551	282.281	281.815	466	-	-	-
Debêntures	-	-	-	15.031	-	15.031	15.004	27	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	271.730	302.111	10.551	584.392	583.099	1.293	-	-	-
Notas promissórias	-	-	77.145	19.962	-	97.107	97.107	-	19.316	19.316	-
Cédulas do produto rural	-	6.979	95.164	47.362	-	149.505	149.505	-	222.773	222.773	-
Cotas de fundos de investimento	29.177	-	-	-	-	29.177	29.177	-	28.683	28.683	-
Debêntures	-	-	208.511	110.219	-	318.730	318.730	-	212.152	212.152	-
Títulos mantidos até o vencimento	29.177	6.979	380.820	177.543	-	594.519	594.519	-	482.924	482.924	-
Títulos e valores mobiliários	147.620	453.685	1.025.958	2.285.510	395.468	4.308.241	4.274.337	33.904	3.861.615	3.850.916	10.699

(i) Valor de custo: representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(ii) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

Os títulos foram classificados nas categorias:

- **"Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda"**: o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3. Títulos e valores mobiliários que não possuem cotação no mercado são avaliados através de modelos internos de avaliação que consideram curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas.

(i) O ajuste positivo dos títulos para negociação no montante de R\$ 32.611 (31/12/2019 R\$ 10.699), obtido entre os valores de custo e de mercado, foi registrado sob o título de "Resultado com títulos e valores mobiliários".

(ii) O ajuste positivo dos títulos disponíveis para venda no montante de R\$ 1.293 (31/12/2019 R\$ zero) obtido entre os valores de custo e de mercado foi registrado em conta adequada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

- **"Títulos mantidos até o vencimento"**: classificados em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Conglomerado em mantê-los até o vencimento, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN. Esses títulos foram mantidos pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais foram registrados no resultado do período. O valor de mercado desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 596.649 (31/12/2019 R\$ 483.094).

Os títulos privados são custodiados na B3, os títulos públicos no Selic e as ações na CBLC.



(c) Composição de títulos vinculados

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Vinculados a operações compromissadas	1.043.840	1.137.017
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	429.551	745.690
Operações em câmara de liquidação e compensação	29.177	28.683
Títulos dados em operações de clearing de câmbio	33.414	4.866
Títulos dados em garantia em ações judiciais	16.796	14.447
Total	<u>1.552.778</u>	<u>1.930.703</u>

05. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Conglomerado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tanto para atender as necessidades de seus clientes como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos contidos nos instrumentos financeiros em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para o Conglomerado, com acompanhamento pela Área de Risco e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Para comercializar instrumentos financeiros derivativos com os clientes é necessária a existência de limites de crédito previamente aprovados e tais operações são neutralizadas de forma a eliminar eventuais riscos trazidos para o Conglomerado.

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos assumidos até 30/06/2020 eram relacionados a taxas pré-fixadas e taxas de câmbio, e todas as operações foram efetuadas para neutralizar exposições com outros instrumentos financeiros da carteira. Portanto, na referida data-base não havia instrumentos financeiros derivativos com outros objetivos que não fossem para proteção patrimonial.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, de *swap* e de opções, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços e correspondiam somente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor de referência, custo amortizado e valor justo:

(a) Instrumentos financeiros derivativos:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Instrumentos financeiros derivativos para negociação	5.753	22.875
Instrumentos financeiros derivativos para <i>hedge</i> de valor justo	(549.201)	(452.279)
Total	<u>(543.448)</u>	<u>(429.404)</u>
Ativo instrumento financeiro de curto prazo	5.762	28.071
Ativo instrumento financeiro de longo prazo	4.970	5.694
Passivo instrumento financeiro de curto prazo	(126.314)	(99.947)
Passivo instrumento financeiro de longo prazo	(427.866)	(363.222)
Total	<u>(543.448)</u>	<u>(429.404)</u>



(b) Instrumentos financeiros derivativos:

Negociação:

	30/06/2020			31/12/2019		
	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo
Pré	15.612	31.850	33.130	131.354	173.101	177.414
Mercado interfinanceiro	15.300	28.909	28.909	148.040	186.688	186.688
Moeda estrangeira	-	-	-	317.762	365.909	366.214
Índices	52.515	58.960	62.262	52.477	58.471	61.787
Posição ativa	83.427	119.719	124.301	649.633	784.169	792.103
Pré	15.300	32.216	33.496	130.300	173.824	177.917
Mercado interfinanceiro	68.127	84.866	84.867	501.593	571.692	571.692
Moeda Estrangeira	-	-	-	17.740	19.314	19.619
Posição passiva	83.427	117.082	118.363	649.633	764.830	769.228
Total - contratos de swaps – exposição líquida	-	2.637	5.938	-	19.339	22.875
Prêmio de Opções	-	(147)	(185)	-	-	-
Total			5.753			22.875

Hedge de valor justo:

	30/06/2020			31/12/2019		
	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo
Mercado interfinanceiro	3.082.251	3.434.658	3.434.658	3.116.630	3.500.960	3.500.960
Posição ativa	3.082.251	3.434.658	3.434.658	3.116.630	3.500.960	3.500.960
Pré	3.082.251	3.674.027	3.983.859	3.116.630	3.687.965	3.953.239
Posição passiva	3.082.251	3.674.027	3.983.859	3.116.630	3.687.965	3.953.239
Total - contratos de swaps – exposição líquida	-	(239.369)	(549.201)	-	(187.005)	(452.279)

(c) Contratos de futuros:

Negociação:

	30/06/2020			31/12/2019		
	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo
	Compromissos de compra – DI	9.885	974.242	-	13.750	1.350.249
Compromissos de venda – DI	14.635	(1.423.668)	-	31.055	(2.977.834)	-
Compromissos de compra – Dólar	60	16.428	-	5	1.006	-
Compromissos de venda – Dólar	70	(19.148)	-	-	-	-
Compromissos de compra – Índices	50	4.767	-	20	2.319	-
Compromissos de venda – Índices	85	(8.104)	-	20	(2.319)	-
Total - contratos futuros	24.785	(455.483)	-	44.850	(1.626.579)	-

Hedge:

	Quantidade de Contratos			Quantidade de Contratos		
	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo
	Compromissos de venda – DI	5.635	(532.180)	-	-	-
Total - contratos futuros	5.635	(532.180)	-	-	-	-



(d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	30/06/2020			31/12/2019		
	Ativo - Saldo a receber			Ativo - Saldo a receber		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	10.529	-	10.529	33.765	-	33.765
Prêmio de opções	203	-	203	-	-	-
Total	10.732	-	10.732	33.765	-	33.765

	30/06/2020			31/12/2019		
	Passivo - Saldo a pagar			Passivo - Saldo a pagar		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	(4.591)	(549.201)	(553.792)	(10.890)	(452.279)	(463.169)
Prêmio de opções	(388)	-	(388)	-	-	-
Total	(4.979)	(549.201)	(554.180)	(10.890)	(452.279)	(463.169)

(e) Os instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:

Negociação:

	30/06/2020					31/12/2019				
	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	TOTAL	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	TOTAL
Swaps	753	1.245	3.694	246	5.938	1.460	18.046	3.242	127	22.875
Prêmio de opções	84	(269)	-	-	(185)	-	-	-	-	-
Total	837	976	3.694	246	5.753	1.460	18.046	3.242	127	22.875

Hedge de Valor Justo:

	30/06/2020					31/12/2019				
	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	TOTAL	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	TOTAL
Swaps	(26.806)	(95.557)	(237.164)	(189.674)	(549.201)	(20.870)	(70.512)	(177.586)	(183.311)	(452.279)
Total	(26.806)	(95.557)	(237.164)	(189.674)	(549.201)	(20.870)	(70.512)	(177.586)	(183.311)	(452.279)

(f) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	1º Semestre					
	2020			2019		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	135.507	(139.821)	(4.314)	(4.312)	(156.328)	(160.640)
Futuro	(37.038)	(1.578)	(38.616)	(6.192)	-	(6.192)
Prêmio de opções	(39)	-	(39)	271	-	271
Total	98.430	(141.399)	(42.969)	(10.233)	(156.328)	(166.561)

(g) O total do ajuste de marcação a mercado registrado no resultado foi de:

	1º semestre					
	2020			2019		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	(235)	(44.558)	(44.793)	(79)	(93.343)	(93.422)
Prêmio de opções	(38)	-	(38)	(401)	-	(401)
Total	(273)	(44.558)	(44.831)	(480)	(93.343)	(93.823)



(h) Contabilidade de Hedge: O Conglomerado adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas e de operações com depósitos interfinanceiros pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de hedge a Administração tem por objetivo proteger o spread de suas operações de crédito e operações com depósitos interfinanceiros. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, o Conglomerado utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de *hedge* pela contabilidade de *hedge*.

(i) Análise de sensibilidade: Em conformidade com a Instrução CVM nº 475, de 17/12/08, o Conglomerado realiza análises de sensibilidade de suas operações que possam expô-los a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: (a) situação de estresse determinada pelo Conglomerado e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), a qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 na data-base destas demonstrações financeiras; (b) situação de estresse considerada pelo Conglomerado com deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada; e (c) situação de estresse considerada pelo Conglomerado com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo estão sendo apresentados por exigência da Instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração do Conglomerado não acredita que possam ocorrer.

Exposição	30/06/2020			
	MTM - exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixado	3.116.333	(62.773)	(34.162)	(65.983)
Cupom de Inflação	10.290	(2.648)	(1.869)	(4.259)
Bolsa	19.865	(3.013)	(4.642)	(9.284)
Câmbio	5.823	(585)	(2.293)	(4.469)

Exposição	31/12/2019			
	MTM - exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixado	1.920.258	(16.603)	(16.257)	(31.127)
Cupom de Inflação	66.857	(4.849)	(5.528)	(11.055)
Bolsa	48.308	(2.507)	(6.620)	(13.239)
Câmbio	2.607	(6.024)	(1.278)	(2.557)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.



06. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

(a) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Empréstimos e títulos descontados	4.345.609	3.859.062
Financiamentos	3.053.352	2.977.668
Financiamentos rurais	1.097	1.248
Operações de crédito vinculadas a cessão (nota 6f)	92	994
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados	166.165	84.160
Operações de arrendamento mercantil	319.816	348.256
Outros créditos (i)	1.030.261	1.106.763
Total da carteira	<u>8.916.392</u>	<u>8.378.151</u>
Repasse Interfinanceiros	159.194	56.060
Garantias prestadas (ii)	2.051.758	1.829.026
Ajuste a valor de mercado - Item objeto de <i>hedge</i>	312.748	268.360
Total Geral	<u>11.440.092</u>	<u>10.531.597</u>

(i) Composto por títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente, ou retenção de riscos e benefícios, com vencimento até 07/05/2021 à taxa de 3,35% ao ano até 32,15% ao ano no montante de R\$ 986.184 (31/12/2019 R\$ 898.795), devedores por compra de valores e bens no montante de R\$ 800 (31/12/2019 R\$ 2.000) e transações por meio de pagamento no montante de R\$ 43.277 (31/12/2019 R\$ 205.968).

(ii) Garantias prestadas estão registradas em contas de compensação. Os montantes garantidos eram de R\$ 2.001.709 (31/12/2019 R\$ 1.810.787) referente a fianças prestadas e de R\$ 50.049 (31/12/2019 R\$ 18.239) referente a créditos abertos para importação.

O Conglomerado realiza operações de captação através de “letras de crédito do agronegócio” e “letras de crédito imobiliário”, classificadas no grupo “recursos de aceites e emissão de títulos”, conforme descrito na nota explicativa nº 09, lastreadas na data destas demonstrações financeiras, no montante de R\$ 685.907 (31/12/2019 R\$ 758.458), sendo R\$ 532.690 (31/12/2019 R\$ 533.891) por operações de crédito e R\$ 153.217 (31/12/2019 R\$ 224.567) por títulos de crédito (classificados no grupo “títulos e valores mobiliários”).

(b) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	<u>30/06/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Setor privado				
Rural	87.495	1,0	82.772	1,0
Indústria	2.224.884	24,9	1.803.189	21,5
Comércio	1.395.061	15,6	1.206.292	14,4
Instituições financeiras	149.422	1,7	192.926	2,3
Outros serviços	1.155.213	13,0	1.231.657	14,7
Pessoas físicas	3.904.317	43,8	3.861.315	46,1
Total da carteira	<u>8.916.392</u>	<u>100,0</u>	<u>8.378.151</u>	<u>100,0</u>



(c) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

	30/06/2020				31/12/2019			
	(*) A				(*) A			
	Vencer	Vencidos	Total	%	Vencer	Vencidos	Total	%
a vencer até 180 dias	3.323.170	13.501	3.336.671	37,4	3.135.817	14.987	3.150.804	37,6
a vencer de 181 a 360 dias	1.811.858	8.478	1.820.336	20,4	1.367.761	9.959	1.377.720	16,4
a vencer acima de 360 dias	3.724.982	23.567	3.748.549	42,1	3.802.128	24.915	3.827.043	45,7
Total vincendas	8.860.010	45.546	8.905.556	99,9	8.305.706	49.861	8.355.567	99,7
vencidos até 60 dias	-	3.366	3.366	-	-	4.175	4.175	-
vencidos de 61 a 180 dias	-	5.198	5.198	0,1	-	4.476	4.476	0,1
vencidos acima de 180 dias	-	2.272	2.272	-	-	13.933	13.933	0,2
Total vencidas	-	10.836	10.836	0,1	-	22.584	22.584	0,3
Total da carteira	8.860.010	56.382	8.916.392	100,0	8.305.706	72.445	8.378.151	100,0

(d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações.

A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco	30/06/2020					31/12/2019				
	Saldo da carteira de crédito			Provisão (i)		Saldo da carteira de crédito			Provisão (i)	
	A vencer (ii)	Vencidos	Total	Mínima exigida	Contábil	A vencer (ii)	Vencidos	Total	Mínima exigida	Contábil
AA	1.756.745	-	1.756.745	-	-	1.785.613	-	1.785.613	-	-
A	5.700.772	-	5.700.772	28.504	39.793	5.420.925	-	5.420.925	27.105	33.913
B	1.145.194	8.168	1.153.362	11.534	32.226	821.644	12.425	834.069	8.341	15.468
C	240.414	8.518	248.932	7.468	20.657	260.435	11.950	272.385	8.172	27.962
Soma de "AA a C"	8.843.125	16.686	8.859.811	47.506	92.676	8.288.617	24.375	8.312.992	43.618	77.343
D	5.715	6.744	12.459	1.246	3.592	6.788	5.488	12.276	1.228	3.672
E	2.112	5.939	8.051	2.416	3.689	2.390	6.569	8.959	2.687	4.478
F	1.158	7.092	8.250	4.126	5.638	958	4.883	5.841	2.920	3.986
G	2.225	3.303	5.528	3.869	5.490	2.189	4.271	6.460	4.522	6.460
H	5.675	16.618	22.293	22.291	22.291	4.764	26.859	31.623	31.625	31.625
Soma de "D a H"	16.885	39.696	56.581	33.948	40.700	17.089	48.070	65.159	42.982	50.221
Total	8.860.010	56.382	8.916.392	81.454	133.376	8.305.706	72.445	8.378.151	86.600	127.564

(i) Inclui provisão para garantias prestadas que estão registradas em contas de compensação.

(ii) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

(e) Movimentação da provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito

	1º semestre	
	2020	2019
Saldo inicial do semestre	127.564	119.021
Complemento líquido de reversão	31.990	16.261
Baixas líquidos dos valores recuperados	(26.178)	(7.718)
Saldo final do semestre	133.376	127.564

A provisão atingiu o saldo de R\$ 133.376 (31/12/2019 R\$ 127.564), correspondente a 1,5% (31/12/2019 1,5%) do total da carteira. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.



A provisão para garantias financeiras prestadas foi constituída com base na melhor estimativa no montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. As provisões constituídas eram, respectivamente: R\$ 10.447 (31/12/2019 R\$ 7.615).

Foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 29.405 (1º semestre/2019 R\$ 25.609) e ocorreram recuperações no montante de R\$ 7.612 (1º semestre/2019 R\$ 21.428).

Como renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. Além disso, em resposta aos impactos da pandemia do COVID 19 na economia, o BACEN emitiu, em março de 2020, a Resolução nº 4.782 que introduziu medidas de flexibilização no tratamento de créditos renegociados. No mesmo mês, o BNDES permitiu a suspensão temporária no pagamento dos empréstimos contratados de forma direta ou indireta com a instituição, medida conhecida como *standstill*.

Nesse contexto, o Conglomerado concedeu ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 30/06/2020, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 713.557, equivalente a 8,0% da carteira. Em 31/12/2019, não havia situação similar a esta para fins de comparação.

Para aqueles contratos com alteração nos prazos de vencimento, acordo e que tenham apresentado deterioração nas condições de riscos apresentados anteriormente, o saldo de renegociados em 30/06/2020 é de R\$ 35.849 (31/12/2019 R\$ 43.453).

(f) Cessão de crédito

As operações de cessão de crédito com coobrigação são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 02 “f” destas demonstrações financeiras.

O saldo das operações de crédito cedidas com retenção de riscos contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, atualizado pelas taxas originais das operações de crédito e considerando as amortizações no semestre, perfaz o montante de R\$ 92 (31/12/2019 R\$ 994), tendo sido reconhecida no semestre receita de juros para estas operações o montante de R\$ 61 (1º semestre/2019 R\$ 358), e estão registradas na demonstração de resultado sob a rubrica “rendas de operações de crédito – rendas de empréstimos”.

O saldo correspondente destas operações, relativo ao valor recebido pelo Conglomerado nestas transações, atualizado pela taxa do contrato de cessão, e considerando as amortizações realizadas, está refletido no passivo no montante de R\$ 93 (31/12/2019 R\$ 1.012), tendo sido apropriadas no semestre despesas de juros no montante de R\$ 34 (1º semestre/2019 R\$ 228) registrado na rubrica “despesas da intermediação financeira - operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações cedidas com retenção de riscos segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, é efetuada conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, e está registrado no montante de R\$ zero (31/12/2019 R\$ 4).

A partir de Novembro/2016 o Conglomerado vem adquirindo carteira de operações de crédito consignado via cessão de operações de crédito com transferência dos riscos com instituição financeira ligada. O volume de transação destas operações no semestre corresponde a R\$ 206.019 (1º semestre/2019 R\$ 397.803), registrada em conta adequada do ativo, na rubrica “operações de crédito”, tendo sido reconhecidas no semestre receitas no montante de R\$ 27.561 (1º semestre/2019 R\$ 57.438) registradas na rubrica “rendas de operações de crédito – rendas de empréstimos”.



No 1º semestre de 2020 o Conglomerado passou a realizar operações de crédito sem coobrigação, transferência dos riscos com instituição financeira ligada no montante de R\$ 2.076.237.

(g) Rendas de operações de crédito

	1º semestre	
	2020	2019
Rendas de financiamentos	227.453	166.036
Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros	376.215	398.303
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	6.808	18.362
Total	610.476	582.701

(h) Rendas de operações de arrendamento mercantil

	1º semestre	
	2020	2019
Rendas de arrendamento financeiro	71.556	81.632
Ajuste financeiro (superveniência de depreciação)	5.233	533
Lucro na alienação de bens de arrendamento financeiro	9.953	7.314
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	208	725
Depreciação de bens arrendados	(54.984)	(50.084)
Outras despesas de arrendamento	(17.685)	(12.101)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(350)	(9.278)
Total	13.931	18.741

07. OUTROS ATIVOS

	30/06/2020	%	31/12/2019	%
Carteira de Câmbio	185.634	39,1%	84.168	26,8%
Depósitos judiciais	122.256	25,7%	137.817	43,9%
Carteira de crédito - recursos em trânsito	84.400	17,8%	18.687	6,0%
Despesas antecipadas	37.182	7,8%	37.449	11,9%
Tributos antecipados	15.484	3,3%	14.172	4,5%
Outros valores e bens	11.461	2,4%	10.773	3,4%
Rendas a receber	2.414	0,5%	2.783	0,9%
Outros Investimentos	2.323	0,5%	2.323	0,7%
Negociação e intermediação de valores	752	0,2%	3.493	1,1%
Outros	13.098	2,7%	2.217	0,8%
Total	475.004	100,0%	313.882	100,0%



08. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	1º semestre	
	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	74.571	93.926
Despesa de IRPJ e CSLL, de Acordo com a Alíquota Vigente (i)	(31.701)	(37.570)
Efeito no Cálculo dos Tributos:		
Juros sobre o Capital Próprio	8.090	4.747
Contingências Fiscais, Trabalhistas, Cíveis	12.244	68
Provisões para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(2.589)	2.087
Resultado Obtido com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.674)	(2.448)
Prejuízo Fiscal de IRPJ e CSLL	(1.250)	(820)
Superveniência/Insuficiência de Depreciação	(39)	133
Obrigações Fiscais Diferidas	(36.151)	(40.797)
Ativo Fiscal Diferido	42.804	39.536
Outros Valores	(3.609)	4.069
Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.875)	(30.995)
Sendo:		
Impostos Correntes	(20.528)	(29.734)
Impostos Diferidos	6.653	(1.261)
Despesa Contabilizada	(13.875)	(30.995)

(i) Vide nota explicativa nº 02 “i”.

(b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2019	Constituição	Realização	30/06/2020
Contingências Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Garantias Prestadas	28.395	4.174	(15.111)	17.458
Provisões para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	51.023	34.780	(29.210)	56.593
Insuficiência de Depreciação	8.967	1.347	(1.308)	9.006
Prejuízo Fiscal de IRPJ e CSLL	32.257	4.851	(130)	36.978
Ajuste ao Valor de Mercado de Títulos e Derivativos	116.599	73.595	(37.524)	152.670
Outros Créditos Tributários (i)	29.302	28.707	(21.367)	36.642
Total - Créditos Tributários	266.543	147.454	(104.650)	309.347
Obrigações Fiscais Diferidas	(120.436)	(119.831)	83.065	(157.202)
Créditos Tributários Líquidos das Obrigações Fiscais Diferidas	146.107	27.623	(21.585)	152.145
% sobre Patrimônio Líquido	5,7%			5,9%

(i) Composto, basicamente, por provisões com participação nos lucros, créditos transferidos para prejuízo, despesas administrativas e pessoal.

A Administração do Conglomerado, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2020, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá na seguinte proporção:

Realização					
1 ano	2 ano	3 ano	4 ano	5 ano	+ 5anos
27%	27%	16%	13%	11%	7%

Em 30/06/2020, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic totalizava R\$ 147.827. Em 31/12/2019 os créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas não ativados, representado pela majoração da alíquota da CSLL que foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 01/03/2020 nos termos do artigo 32 da emenda



constitucional 103 publicada em 13/11/2019, totalizavam R\$ 8.601. Em 30/06/2020 todos os créditos tributários estavam ativados.

09. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

Composição dos recursos captados por prazos de vencimento

	Sem vencimento	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1081 dias	30/06/2020
Depósitos à vista	38.975	-	-	-	-	38.975
Depósitos interfinanceiros	-	35.009	31.044	723.246	-	789.299
Depósitos a prazo (i)	-	90.393	204.890	1.634.639	1.314	1.931.236
Total de depósitos	38.975	125.402	235.934	2.357.885	1.314	2.759.510
Captações no mercado aberto	-	1.033.014	-	-	-	1.033.014
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	1.435.886	3.366.838	2.600.902	17.212	7.420.838
Letras de crédito do agronegócio	-	65.157	455.890	41.176	-	562.223
Letras de crédito imobiliário	-	24.235	35.244	6.370	-	65.849
Letras financeiras	-	1.270.287	2.545.024	2.466.118	17.212	6.298.641
Letras de arrendamento mercantil	-	76.207	330.680	87.238	-	494.125
Obrigações por empréstimos no exterior	-	101.916	85.892	-	-	187.808
Obrigações por repasses no país (ii)	-	47.245	141.064	574.482	78.770	841.561
Obrigações por repasses no exterior	-	37.261	77.810	-	-	115.071
Total de Captações	38.975	2.780.724	3.907.538	5.533.269	97.296	12.357.802
% Concentração por prazo	0,3%	22,5%	31,6%	44,8%	0,8%	100,0%

	Sem vencimento	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1081 dias	31/12/2019
Depósitos à vista	47.373	-	-	-	-	47.373
Depósitos interfinanceiros	-	11.313	-	-	-	11.313
Depósitos a prazo (i)	-	106.890	148.159	757.098	4.396	1.016.543
Total de Depósitos	47.373	118.203	148.159	757.098	4.396	1.075.229
Captações no mercado aberto	-	1.127.155	-	-	-	1.127.155
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	872.985	3.313.826	2.560.436	56.358	6.803.605
Letras de crédito imobiliário	-	35.043	2.028	-	-	37.071
Letras de crédito do agronegócio	-	101.886	275.991	92.031	-	469.908
Letras financeiras	-	633.803	2.767.582	2.096.260	35.492	5.533.137
Letras de arrendamento mercantil	-	102.253	268.225	372.145	20.866	763.489
Obrigações por empréstimos no país	-	-	346.595	-	-	346.595
Obrigações por empréstimos no exterior	-	69.744	26.409	-	-	96.153
Obrigações por repasses no país	-	46.701	135.406	409.843	177.204	769.154
Obrigações por repasses no exterior	-	4.176	26.972	24.640	-	55.788
Obrigações por operações vinculados a cessão	-	553	459	-	-	1.012
Total de Captações	47.373	2.239.517	3.997.826	3.752.017	237.958	10.274.691
% Concentração por prazo	0,5%	21,8%	38,9%	36,5%	2,3%	100,0%

(i) Os depósitos a prazo foram classificados de acordo com seus vencimentos contratuais e incluem o montante de R\$ 1.749.648 (31/12/2019 R\$ 910.433), referentes às captações com compromisso de liquidez que podem ser resgatados antecipadamente pelos clientes, todos registrados na B3.

(ii) Representado por: Operações de BNDES, com vencimentos até 15/05/2026 à taxa pré-fixada de 4,50%, pós-fixada de 0,93% até 3,33% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 3,10% até 4,97% ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,30% até 2,33% ao ano mais SELIC, pós-fixada de 2,30% ao ano mais UMBNDES (Cesta de moedas do BNDES), e LIBOR pós fixada de 1,20%; Operações de FINAME, com vencimentos até 15/04/2026 à taxa pré-fixada de 0,001% até 19,79% ao ano, pós-fixada de 1,63% até 2,13% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 3,36% até 5,49% ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,70% a 2,10% ao ano mais UMBNDES (Cesta de moedas BNDES), e pós-fixada de 1,25% até 2,61% ao ano mais SELIC.



10. PASSIVOS CONTINGENTES

O Conglomerado, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2020 estão demonstradas a seguir:

Movimentação	Fiscais e previdenciárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
	(a)	(b)	(c)	
Saldo inicial em 01/01/2020	24.735	35.601	3.275	63.611
(+) Complemento líquido de reversões	2.056	(6.057)	89	(3.912)
(+) Atualização de provisão	365	-	-	365
(-) Baixa por pagamento	(17.481) (*)	(6.430)	(735)	(24.646)
Saldo final em 30/06/2020	9.675	23.114	2.629	35.418

(*) O Conglomerado obteve decisão desfavorável transitada em julgado proferida pelo Supremo Tribunal Federal que reconheceu a incidência do ISS sobre a receita de aval e fiança. Por conta disso o Conglomerado realizou o pagamento do valor de R\$ 17.482 ao Município de São Paulo mediante a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados no curso do processo.

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável. Essas provisões encontram-se registradas na rubrica “provisão para passivos contingentes” do grupo “outras obrigações - diversas”, e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

Passivos contingentes de natureza fiscal e previdenciária classificados como risco de perda possível:

O Conglomerado possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/09, no montante de R\$ 15.416 (31/12/2019 R\$11.573), com destaque para a cobrança de PIS/COFINS – Dedução Operação de Cessão de Crédito com Coobrigação.

(b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica “provisão para passivos contingentes” do grupo “outras obrigações – diversas”, e leva em conta as datas esperadas de pagamento.

As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto considerando histórico de pagamentos feitos pelo Conglomerado a este título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 3.264 (31/12/2019 R\$ 20.582).

(c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada na



rubrica “provisão para passivos contingentes” do grupo “outras obrigações – diversas”. Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 4.559 (31/12/2019 R\$4.530) na data destas demonstrações financeiras combinadas, representadas principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

11. OUTROS PASSIVOS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Carteira de Câmbio	163.022	84.441
Carteira de crédito valores a processar/liberar	130.073	50.877
Despesas de Pessoal e Administrativa	37.289	35.976
Sociais e Estatutária	30.220	39.487
Fiscais e Previdenciárias	24.387	36.771
Resultado de exercícios futuros	16.437	21.444
Outros	19.494	15.968
Total	<u>420.922</u>	<u>284.964</u>

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representado pelos valores e número de ações/cotas das seguintes empresas:

<u>Empresas</u>	<u>Quantidade de ações/cotas em circulação</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado do período</u>
Banco Alfa S.A.	25.380.650	55.500	111.431	615
Financeira Alfa S.A. – CFI	102.942.556	473.930	969.432	27.944
Banco Alfa de Investimento S.A.	88.600.584	725.700	1.510.285	31.246
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	20.485.056	178.300	321.102	2.760
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	16.000.000	161.176	259.201	(523)
BRI Participações Ltda. (a)	26.867.343 (b)	26.868	494.557	5.972

(a) A BRI Participações Ltda. realiza gestão de recursos próprios (cash company), representados por aplicações financeiras. Possui participação de 44,324% na Alfa Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 142.325 (31/12/2019 R\$ 142.050).

(b) Quantidade de cotas possuídas.

Ações em tesouraria – programa de recompra de ações

BAI:

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, inciso IX, do Estatuto



Social do Banco, em 13 de março de 2019, o Conselho de Administração aprovou o “Programa de Recompra” de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, no valor total de até R\$ 2.800, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 330.000 ações ordinárias e (b) 100.000 ações preferenciais. O prazo para execução do programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho. No 1º semestre de 2020, foram adquiridas no âmbito do referido programa, 24.600 ações ordinárias no montante de R\$ 196.

A quantidade de ações em tesouraria em 30/06/2020 é de 68.300 ações ordinárias registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 473.

Em 30/06/2020, os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON eram de R\$ 5,80, R\$ 6,93 e R\$ 8,00, respectivamente.

O valor de mercado dessas ações, em 30/06/2020, eram de R\$ 8,39 por ação ON e R\$ 7,78 por ação PN.

FASA:

O programa de recompra de ações da Companhia, iniciado em 13/11/2017, foi finalizado conforme deliberado na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/03/2019. No âmbito do Programa foram recompradas 133.500 ações ordinárias e 108.800 ações preferenciais, das quais conforme deliberado na ata de Reunião do Conselho de Administração de 08/03/2018, houve o cancelamento, sem redução do capital social, de 6.700 ações ordinárias e 27.700 ações preferenciais, perfazendo um total de R\$ 153. Em função do cancelamento de ações ora deliberado, o capital social da Sociedade, de R\$ 423.430, passa a ser dividido em 102.942.556 (ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.736.269 ordinárias e 44.206.287 preferenciais, inconversíveis em ordinárias). O prazo para execução do Programa era de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, alínea “h” do Estatuto Social da Companhia, 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R\$ 3.600, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. No 1º semestre de 2020, foram adquiridas no âmbito do referido programa, 30.900 ações ordinárias no montante de R\$ 165 e 30.100 ações preferenciais no montante de R\$ 189.

A quantidade de ações em tesouraria em 30/06/2020 é de 157.800 ações ordinárias e 132.200 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 1.387.

Em 30/06/2020 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON é de R\$ 4,13, R\$ 5,32 e R\$ 5,58 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo é de R\$ 4,96, R\$ 6,04 e R\$ 6,40 respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 30/06/2020, era de R\$ 5,15 por ação ON e R\$ 6,10 por ação PN.



13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo BACEN, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019	1º semestre	
			2020	2019
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Depósitos à Vista	(3.080)	(4.642)	-	-
- Controlador	(114)	(58)	-	-
Administração Fortaleza Ltda.	(114)	(58)	-	-
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua	(172)	(119)	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	(2.794)	(4.465)	-	-
Corumbal Participações e Administração Ltda.	-	(3)	-	-
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(1)	(7)	-	-
C&C Casa e Construção Ltda.	(53)	(3.656)	-	-
Alfa Previdência e Vida S.A.	(43)	(48)	-	-
Fundação Clemente de Faria	(46)	(41)	-	-
Alfa Seguradora S.A.	(35)	(37)	-	-
Alfa Holdings S.A.	(2)	(32)	-	-
Companhia Refinadora da Amazônia	(7)	(14)	-	-
Nova América Holdings Ltda.	(10)	(13)	-	-
Outras	(2.597)	(614)	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(9.886)	(15.341)	-	-
- Controlador	(2)	(3)	-	-
Pessoa Física	(2)	(3)	-	-
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua	(5.024)	(7.095)	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	(4.860)	(8.243)	-	-
Alfa Holdings S.A.	(2)	(519)	-	-
Consorcio Alfa de Administração S.A.	(2)	(518)	-	-
Corumbal Participações e Administração Ltda.	(4.707)	(7.203)	-	-
Outras	(149)	(3)	-	-
Recursos de emissão de títulos	(215.795)	(297.880)	(4.806)	(12.976)
- Controlador	(3.005)	(2.950)	(55)	(102)
Pessoa Física	(3.005)	(2.950)	(55)	(102)
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua	(13.114)	(14.687)	(388)	(592)
- Outras partes relacionadas (1)	(199.676)	(280.243)	(4.363)	(12.282)
Alfa Holdings S.A.	-	(76)	-	(273)
Consorcio Alfa de Administração S.A.	(4.969)	(7.579)	(122)	(1.338)
Corumbal Participações e Administração Ltda.	(91.750)	(105.139)	(1.723)	(2.963)
Corumbal Corretora de Seguros Ltda.	-	(352)	(1)	(107)
Fundação Clemente de Faria	(32.843)	(65.626)	(881)	(2.037)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	-	-	(95)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	(27.636)	(35.870)	(572)	(1.744)
Outras	(42.478)	(65.601)	(1.064)	(3.725)
Depósitos a Prazo	(191.563)	(119.642)	(2.718)	(725)
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua	(24.041)	(23.445)	(414)	(107)
- Outras partes relacionadas (1)	(167.522)	(96.197)	(2.304)	(618)
Alfa Holdings S.A.	(7.810)	(4.409)	(128)	-
Consorcio Alfa de Administração S.A.	(33.506)	(34.813)	(596)	-
Corumbal Participações e Administração Ltda.	(11.221)	(3.446)	(130)	-
Corumbal Corretora de Seguros Ltda.	(2.894)	(2.310)	(45)	(1)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	(3.185)	(2.839)	(53)	(2)
Metro Tecnologia Informática Ltda.	(61.889)	(37.610)	(834)	(15)
Outras	(47.017)	(10.770)	(518)	(600)
Aquisição de Ativos Financeiros	2.874.542	216.502	19.258	66
- Outras partes relacionadas (1)	2.874.542	-	19.258	66
Hotel Transamérica	275.954	14.461	1.590	3
C&C Casa e Construção Ltda	2.598.588	202.041	17.668	63
Outras transações (2)	(347)	292	(12.472)	(13.042)
- Outras partes relacionadas (1)	(347)	292	(12.472)	(13.042)
Alfa Seguradora S/A	161	221	(5)	-
Agropalma S/A	31	40	-	-
Hotel Transamérica Ltda.	-	-	(61)	(25)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	(141)	-	(2.863)	(3.093)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	(2)	-	(295)	(484)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	(421)	1	(9.248)	(9.440)
Outras	25	30	-	-



Todas as transações entre o Conglomerado e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

(1) Realizadas com pessoas físicas e/ou jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas.

(2) Referem-se, basicamente, à sublocação de imóvel com empresas do Conglomerado de acordo com contrato mantido entre as partes e serviços contratados junto a entidades do Conglomerado.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

No semestre, o montante registrado foi de R\$ 17.789 (1º semestre/2019 R\$ 15.446) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

O Conglomerado não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

(b.1) Em 29/10/2018, o BACEN editou a Resolução nº 4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019, as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber:

- Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito;
- Artigo 7º: Limites – O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - a) 1% para a contratação com pessoa natural e;
 - b) 5% para a contratação com pessoa jurídica.

(c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária, em 30 de junho de 2020: BAI: Ordinárias 3,659%, Preferenciais 26,287% e do total de ações de 12,628% e FASA: Ordinárias 1,898%, Preferenciais 35,865% e do total de ações 16,484%.

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Risco Corporativo

O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa (“Prudencial”) sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido se mantenha sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco.



O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Prudencial. Os riscos, falhas e/ou deficiências que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Prudencial devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que, além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha, também, o papel de disseminador da cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Prudencial. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer* (CRO) que, por sua vez, reporta-se à Alta Administração.

Em atendimento às Resoluções BACEN nºs 4.557/2017 e 4.327/2014, o Prudencial mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: www.alfanet.com.br > Sobre o Alfa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

Risco de Mercado

Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Prudencial, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria.

Risco de Liquidez

O Prudencial deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Prudencial deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações.

Risco de Crédito

O Prudencial tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso, devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência seja aplicado na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos à Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas.

Risco Operacional

O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional associado aos produtos e aos fluxos operacionais das principais atividades do Prudencial o, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores.



O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Prudencial, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes.

A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Prudencial, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Prudencial.

Risco Socioambiental

O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Prudencial visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

15. ÍNDICE DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

O BACEN, através das Resoluções nºs 4.192/2013 e 4.278/2013, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.193/2013, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

O índice de capital para 30/06/2020 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 18,73% (31/12/2019 20,06%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 9,25%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Prudencial.

	Prudencial	
	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência – Nível I	2.573.457	2.502.336
Capital Principal	2.573.457	2.502.336
Patrimônio Líquido	2.622.086	2.546.564
(-) Ajustes Prudenciais	(48.629)	(44.228)
Patrimônio de Referência (PR)	2.573.457	2.502.336
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	13.738.663	12.475.342
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	11.675.661	10.757.297
Risco de Mercado	865.642	502.537
Risco Operacional	1.197.360	1.215.508
Patrimônio de Referência Mínimo Exigido	1.099.093	998.027
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	171.733	311.884
Índice de Basileia	18,73%	20,06%
Capital de Nível I	18,73%	20,06%
Capital Principal	18,73%	20,06%

O BACEN, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total.

Em 30/06/2020, o Índice de Razão de Alavancagem do Prudencial é de 14,06% (31/12/2019 15,88%).



16. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Outras receitas operacionais

	1º semestre			
	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%
Reversão de provisão para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis	7.034	54,8%	5.914	28,9%
Atualização de depósitos judiciais e de tributos a compensar	1.773	13,8%	2.914	14,3%
Dividendos recebidos e/ou declarados	1.197	9,3%	1.948	9,5%
Outras receitas	2.836	22,1%	9.668	47,3%
Total	12.840	100,0%	20.444	100,0%

(b) Outras despesas administrativas

	1º semestre			
	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%
Processamento de dados e informática	(26.913)	37,0%	(25.826)	39,2%
Serviço técnico especializado	(11.494)	15,8%	(7.578)	11,5%
Serviços de terceiros	(6.529)	9,0%	(4.103)	6,2%
Aluguéis e condomínio	(7.020)	9,6%	(7.364)	11,2%
Serviços do sistema financeiro	(4.888)	6,7%	(5.327)	8,1%
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(3.879)	5,3%	(5.050)	7,7%
Comunicações	(2.581)	3,5%	(666)	1,0%
Viagens	(1.434)	2,0%	(2.029)	3,1%
Depreciação e amortização	(2.107)	2,9%	(1.925)	2,9%
Vigilância e segurança	(1.945)	2,7%	(1.627)	2,5%
Outras despesas administrativas	(4.007)	5,5%	(4.363)	6,4%
Total	(72.797)	100,0%	(65.858)	100,0%

(c) Outras despesas operacionais

	1º semestre			
	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%
Despesas com ISS (i)	-	-	(30.281)	66,5%
Despesas de comissão, intermediação e equalização de	(23.462)	77,1%	(9.126)	19,9%
Ressarcimento de custo de originação	(1.394)	4,6%	(2.399)	5,3%
Processos Operacionais	(3.758)	12,3%	(2.807)	6,2%
Outras	(1.819)	6,0%	(947)	2,1%
Total	(30.433)	100,0%	(45.560)	100,0%

(i) Pagamento de ISS efetuado pela controlada Alfa Arrendamento Mercantil S.A. ao município de São Paulo referente a operações de arrendamento mercantil do período de 01/2014 a 02/2018, atualizado com multa, juros e atualização monetária.

(d) **Administração de recursos de terceiros:** O Conglomerado administra e faz a gestão de Fundos de Investimento de Renda Fixa, de Ações e Multimercado, além de Carteiras Administradas de Particulares, cujos patrimônios na data do balanço totalizavam R\$ 5.651.506 (31/12/2019 R\$ 6.669.377).

(e) **Contratação de seguros:** O Conglomerado tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado era composta por R\$ 96.485 (31/12/2019 R\$ 90.035) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade



Civil de R\$ 6.000 (31/12/2019 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (31/12/2019 R\$ 3.000), respectivamente, para suprir eventuais danos ao Conglomerado.

(f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados: Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13/12/12, informamos que o Conglomerado não mantém planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios de pós-emprego a seus empregados.

17. NOTAS Á DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa está constituído por:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
No início do semestre	566.473	715.361
Disponibilidade	1.656	2.310
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	564.817	713.051
No final do semestre	1.664.100	914.574
Disponibilidade	3.002	3.917
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	1.661.098	910.657
Caixa e equivalente de caixa	<u>1.097.627</u>	<u>199.213</u>

(i) Referem-se as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

18. OUTROS ASSUNTOS

Desde o dia 11 de março de 2020, foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países e ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

Com o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas pouco convencionais em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, como a prática de juro zero, além da expansão fiscal. Entretanto, ainda não é possível afirmar em que medida essas ações amenizarão a recessão global em 2020.

Para combater os efeitos da pandemia do novo coronavírus e das medidas de isolamento social na economia, o Banco Central aprovou um conjunto de medidas com a finalidade de aumentar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional. Dentre essas medidas, em 2 de abril de 2020, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução CMN no. 4.795/20, instituindo a LTEL-LFG e autorizando o Banco Central a adquirir, no mercado primário, letras financeiras emitidas por alguns tipos de instituições financeiras, observadas as condições ali previstas e em sua regulamentação. O Conglomerado Alfa optou por utilizar esta forma de captação de recursos, cuja operacionalização ocorreu por meio do Banco Alfa S.A., devido ao fato de ser a instituição do Conglomerado detentora de conta de reserva bancária. Para atendimento aos requisitos regulamentares, as operações de crédito elegíveis a serem dadas em garantia destas operações foram objeto de cessão de crédito entre as instituições do Conglomerado, em condições



equitativas, até junho/2020 foram realizadas cessão de crédito do Banco para o Banco Alfa S.A. no valor de R\$ 2.076.237, conforme nota 6“F”.

As atividades do Conglomerado estão com plena capacidade operacional, equipes adequadas e prontas para atender as necessidades dos clientes. Nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde e de todas as demais autoridades federais, estaduais e municipais dos locais em que operamos. Em relação a nossas operações de crédito, a Administração, juntamente com o Comitê de Crédito, segue monitorando a Carteira de Ativos de Crédito diariamente e, até o momento, não foram verificados impactos negativos relevantes devido a renegociações ou inadimplência. Intensificamos o trabalho em home office, com pelo menos 90% dos nossos funcionários trabalhando de forma remota. O Comitê de Risco acompanha e avalia de forma consistente e tempestiva nossa alocação de capital e nossa liquidez, de forma que o Conglomerado mantém uma estrutura de Basileia confortável e adequada ao momento.

Todos os possíveis impactos relacionados à pandemia continuarão sendo monitorados de forma contínua. A Administração do Conglomerado permanece atenta a eventual agravamento da pandemia e de seus efeitos negativos sobre as economias global e local, bem como sobre os negócios e a situação de nossos clientes, dado o atual cenário de aumento no número de infectados e a possível prorrogação e adoção de medidas adicionais de isolamento social.

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS
CONTADORA
CRC 1SP 232846/O-2



Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Combinadas

**Aos Administradores do
Conglomerado Financeiro Alfa
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Alfa (“Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Conglomerado Financeiro Alfa em 30 de junho de 2020, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em relação às instituições que compõe o Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Avaliação da mensuração da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e nº 6, a constituição de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito e de arrendamento mercantil, obedece aos parâmetros exigidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, divididos em nove faixas de risco, sendo “AA” o melhor rating e “H” o pior rating, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. O Conglomerado constitui, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseiam em análises internas e na conjuntura econômica, setorial e individual de cada cliente para avaliar tal necessidade. As premissas utilizadas visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido à relevância das operações de crédito e de arrendamento mercantil, aos julgamentos relacionados à estimativa da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia, o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, formalização das análises, registro nos sistemas, classificação nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H, e revisões desses riscos para as operações de crédito e arrendamento mercantil. Adicionalmente, avaliamos e testamos a interface entre os sistemas de crédito e a contabilidade.

Com base em amostragem, analisamos as principais premissas utilizadas no cálculo da perda esperada associada ao risco de crédito, tais como o atraso na operação e a deterioração das condições do tomador de crédito, os documentos suporte preparados pelo Conglomerado para fundamentar o cálculo e a contabilização relacionados à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, de acordo com os requerimentos estabelecidos pela Resolução nº 2682 do CMN, e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras combinadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras combinadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, tomadas em conjunto.

Avaliação da mensuração das contingências tributárias, trabalhistas e cíveis

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 02 e nº 10, o Conglomerado constitui, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação do valor das estimativas é considerada a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento de tribunais, o histórico de perdas e outros critérios adotados pelo Conglomerado. As premissas utilizadas são formalizadas em políticas internas e visam suportar o cálculo da provisão para eventuais perdas. Devido ao grau de julgamento utilizado para a estimativa dos valores envolvidos e à especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho dos controles internos relativos ao registro, determinação do risco, cálculo dos valores envolvidos, acompanhamento e encerramento dos processos judiciais. Por amostragem, avaliamos a adequação dos dados, informações históricas, as premissas utilizadas na mensuração da provisão e das mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Adicionalmente, solicitamos aos assessores jurídicos internos e externos informações relativas aos processos administrativos, tributários, cíveis e trabalhistas, por meio de cartas de confirmação. Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras combinadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos assuntos tributários, cíveis e trabalhistas em que o Conglomerado está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras combinadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, tomadas em conjunto.

Mensuração a Valor justo de Instrumentos Financeiros Derivativos – Estrutura Hedge Accounting

Conforme notas explicativas nº 2 e nº 5, o Conglomerado calcula o valor justo dos seus instrumentos financeiros derivativos tomando como base as informações divulgadas no mercado futuro (B3 - Brasil, Bolsa e Balcão). O Conglomerado possui contratos de SWAP (CDI x PRÉ) que, em parte, foram realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos financeiros. Essa estrutura de proteção está classificada como “Hedge” de Risco de Mercado, tendo como item objeto as operações de crédito. As operações de crédito objeto de “hedge” de risco de mercado são mensuradas a valor justo. Para cálculo do valor justo, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. A mensuração a valor justo tanto dos derivativos como do item objeto de “hedge” devem atender aos critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02, norma que estabelece e consolida critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos, além de políticas e controles para garantir a sua efetividade. Devido ao julgamento envolvido para precificação dos derivativos e premissas utilizadas para mensuração a valor de mercado do item objeto de “hedge”, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho e os controles internos adotados pelo Conglomerado para mensuração do valor de mercado dos instrumentos derivativos, do item objeto de “hedge” e para o acompanhamento da estrutura de “hedge”. Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, testamos os modelos desenvolvidos pelos profissionais do Conglomerado para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos critérios para definição dos parâmetros e das informações incluídas nos modelos de precificação utilizados, recalculamos o valor das operações e comparamos as premissas usadas para determinação do valor justo com operações similares no mercado. Ainda, com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, obtivemos o entendimento das



estratégias de proteção adotadas pelo Conglomerado, incluindo aquelas relacionadas a contabilidade de hedge para preservar o spread das operações de crédito. Avaliamos a suficiência da documentação preparada pelo Conglomerado que suporta a designação como contabilidade de proteção, especificamente as designações formais contendo as descrições de todas as estratégias, metodologias utilizadas para mensuração da efetividade. Efetuamos ainda o recálculo do teste de efetividade de cobertura prospectivo e retrospectivo preparados pelo Conglomerado. Adicionalmente, analisamos se as informações apresentadas em notas explicativas atendem a todos os requisitos de divulgação determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02 e aplicáveis à Conglomerado.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos, dos itens objeto de “hedge” e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras combinadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As demonstrações combinadas do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Conglomerado, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações financeiras individuais

O Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o semestre findo em 30 de junho de 2020 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 11 de agosto de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório do auditor

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse



relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade das instituições que compõe o Conglomerado continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar as instituições que compõe o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos



procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das instituições que compõe o Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional das instituições que compõe o Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar as instituições que compõe o Conglomerado a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras combinada do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de



auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de agosto de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0



RESUMO DO RELATORIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

O novo cenário, decorrente da grave crise socioeconômica mundial trazida pelo Covid-19, trouxe uma série de desafios neste semestre, notadamente no segundo trimestre:

- i. Assim como as demais instituições financeiras e empresas de outros setores, com o objetivo de assegurar a continuidade das operações e a segurança de seus funcionários, o banco adotou o home-office para a maioria do staff.
- ii. A queda na taxa de juros influenciou em todo o mercado nas captações de recursos. O CMN, através da Resolução nº 4795, proporcionou ao mercado o acesso à linha de crédito com garantia de ativos. Dessa forma, o banco utilizou essa alternativa para aumentar suas disponibilidades.
- iii. Renegociações de dívidas foram efetuadas com a prorrogação no vencimento dos contratos. Em função disso, provisão adicional foi constituída para fazer frente a eventuais perdas.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 6 vezes no período de janeiro a junho de 2020, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, *compliance*, prevenção à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

Ouvidoria

Norteados pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.433, de 23/07/2015 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouvidoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.

Controles Internos

O Comitê considerou que as atividades desenvolvidas pela área de Controles Internos são adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável,



auditoria interna e externa. O Comitê entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

O Comitê analisou e discutiu os processos das empresas do Conglomerado com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro. A Circular BACEN nº 3.978 e a Instrução CVM nº 617 provocarão aumento dos trabalhos do próximo semestre para o enquadramento e testes com os novos grupos de PEPS.

Auditoria Externa e Interna

As empresas de auditoria externa KPMG Auditores Independentes e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, são responsáveis pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 30/06/2020; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do quarto trimestre de 2019.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.

Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.

Dessa forma, o Comitê concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras do semestre encerrado em 30 de junho de 2020, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo - SP, 19 de agosto de 2020.

Adilson Herrero

Ciderlene Justino de Souza

Paulo Aluizio Machado de Andrade